



SAÚDE, EPISTEMOLOGIA E RELIGIÃO: A RESISTÊNCIA POLÍTICA E CULTURAL NAS NARRATIVAS DE ORIGEM DO TERREIRO ICIMIMÓ (CACHOEIRA, BA)

Marília Flores Seixas de Oliveira
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB (Brasil)
Endereço eletrônico: mariliaflores@uesb.edu.br

Este trabalho analisa, sob a perspectiva da resistência étnica-cultural e política, as narrativas de origem do Icimimó Aganjú Didê¹, terreiro de candomblé que tem como zelador Duda de Candola (Antônio dos Santos da Silva) e que está localizado na região da Terra Vermelha, zona rural de Cachoeira, Recôncavo da Bahia, sendo reconhecido como Patrimônio Cultural Imaterial da Bahia pelo IPAC (Decreto 15.675/14) e tombado pelo IPHAN². Elaboro um panorama do contexto histórico da região, tomando como base a diversidade cultural e epistemológica que configurou as particularidades da formação da sociedade do Recôncavo da Bahia, desde o século XVIII até o início do século XX, centralizando nas narrativas de origem do Terreiro Icimimó, a partir das quais discute as relações entre saúde, epistemologias e religião, de maneira situada e localmente referenciada. Traz aspectos da história do africano nagô Pai João e da fundação do Terreiro da Lama Branca (em São Gonçalo dos Campos), casa ancestral do Terreiro Icimimó, e, por fim, aborda as narrativas de origem do Terreiro Icimimó, centradas na sua fundadora, Judith Ferreira do Sacramento, a menina de Xangô, que se tornou a poderosa Iyalorixá Mãe Judith.

As origens do Terreiro Icimimó relacionam-se a uma casa de candomblé anterior, o Terreiro da Lama Branca, já extinto, que foi berço também de outros terreiros da região e que ficava situado na zona rural do município de São Gonçalo dos Campos (vizinho a Cachoeira). O Terreiro da Lama Branca é, assim, o berço do axé do Icimimó, que é de tradição nagô com influência jeje, afirmando-se como nagô-vodun. Empréstimos mútuos entre os nagô e os jejes, que se iniciaram desde África, foram intensificados em diversos graus nos terreiros da Bahia, na chamada formação do candomblé baiano, com liturgia e panteão jeje-nagô, padrões culturais originários dos

¹ Há variações do nome do Terreiro Ilê Axé Icimimó: *Icimimó Aganjú Didê*; *Ici Mimó*; *Ilê Axé Isin Mimo*, ou *Terreiro Aganju Didê* (SANTOS, 2009), *Terreiro Aganju Ominazon Didê* (NASCIMENTO, 2007). Pai Duda de Candola explica que o nome da casa é Icimimó (casa forte que só faz o bem) e que os outros nomes dizem respeito aos orixás ali cultuados centralmente: Xangô/Aganju e Obaluaê/Ominazon.

² O tombamento provisório emergencial do Terreiro Aganjú Didê – Icimimó consta no Processo nº 1793-T-16 (Processo nº 01502.002434/2012-06)



grupos de língua iorubá e fon. Desta maneira, o Terreiro Icimimó é de nação nagô, tradição vinculada aos grupos yorubá, mas com incorporações à tradição jeje.

Fundado desde o século XIX pela africana Judith Ferreira do Sacramento, a partir de dissidência do Terreiro da Lama Branca, o Icimimó foi fixado no sítio que ocupa há mais de cem anos, na zona rural do município de Cachoeira, numa localidade chamada Terra Vermelha. Sob o ponto de vista da posse da terra, Mãe Judith se instalou no local e em seguida adquiriu formalmente a área do Terreiro, como demonstra a escritura, documento em posse da comunidade. No entanto, recentemente, o Icimimó vem enfrentando violentas invasões grileiras à sua área, por uma empresa de celulose que afirma-se proprietária da área, sendo necessária a intervenção do Ministério Público pra garantir os direitos do Terreiro. Ressalte-se que, desde que foi adquirido, o sítio do Terreiro Icimimó (com área de 21 hectares) sempre esteve em posse da comunidade religiosa, liderada, ao longo do tempo, por zeladores e zeladoras definidas por processos sucessórios desencadeados a partir da morte de Mãe Judith. Mas ainda precisa lutar contra a grilagem das terras que lhe pertence, em processos contínuos de resistência.

Reportam-se ao século XVIII as narrativas referentes à ancestralidade ritual do Terreiro Icimimó, cujo marco inicial é a chegada ao Brasil de um africano, conhecido por Pai João, que foi trazido da Nigéria para a Bahia. Dominava os mistérios oraculares e religiosos e grande conhecimento sobre terapêuticas de saúde, ganhando fama como curandeiro, ao articular práticas medicinais com preceitos espirituais e mágicos, de reconhecida eficácia. De acordo com Parés (2007, p. 112), “no início do século XVII falava-se da eficácia dos ‘escravos feiticeiros’ no uso das ervas”. Decorre do poder de cura de “Pai João”, a ida dele e de sua mulher “Tia Maria” para a fazenda Boa Vista, em São Gonçalo dos Campos, para tratar Dona Maria de Brito, irmã do proprietário Joaquim de Brito, deslocando-se e permanecendo neste local efetuando curas.

[...] é importante notar que o “calunduzeiro” deslocava-se para onde seus serviços eram requeridos, sem ter normalmente um lugar fixo para a realização de suas práticas. Essa forma de atuação relativamente independente era operacional ao facilitar a mobilidade e o acesso do especialista religioso à sua clientela, que, aliás, não se restringia à população negra, podendo incluir pardos e brancos. (PARÉS, 2007, 115).

Com o tempo, o poder e a eficácia de Pai João tornaram-se conhecidos e a fazenda se tornou uma comunidade religiosa e de cura, sob o comando dele, dando



início, assim, ao Terreiro da Lama Branca, na Fazenda Boa Vista, com forte presença dos africanos escravizados e também da população crioula. A fama de Pai João correu longe e ele se transformou numa referência importante, sob o ponto de vista histórico, destacando-se como vidente, curandeiro, calundzeiro e grande conhecedor das práticas mágico-religiosas e curativas. Conforme pesquisa de Rachel Harding (2003), que utilizou jornais e arquivos da polícia do século XIX na região do Recôncavo, em tais fontes encontra-se, com recorrência, referência ao duplo papel dos líderes religiosos afro-brasileiros, conhecidos à época tanto como “curandeiros” quanto como “feiticeiros”, numa sociedade em que havia grande carência de médicos e de farmacêuticos com formação superior. Neste contexto social, os sacerdotes africanos e afro-brasileiros atuaram como médicos, sendo importante recurso da população para o tratamento de saúde, solicitados, em suas funções, tanto por escravos e demais pessoas pobres, quanto por pessoas das classes mais ricas. Nesta pesquisa de Harding, aparece uma menção ao africano Pai João, preso em 1874, acusado de práticas ritualísticas de curandeirismo.

Posteriormente, Pai João e outras pessoas do terreiro da Lama, seguindo orientação do Orixá Xangô, retiraram do sistema escravocrata uma menina, recém trazida da Nigéria. Essa menina era Judith, que foi viver no Terreiro, dedicada a Xangô, destacando-se como conhecedora de segredos e das minúcias da religião dos Orixás e tornando-se conhecida e respeitada dentre os candomblés da região. Quando adulta, tornou-se iyalorixá e resultou rompendo com o Terreiro da Lama Branca, migrando com parte da comunidade religiosa para a zona rural de Cachoeira, onde adquire o sítio e funda o Terreiro Icimimó, dedicado a Aganju.

Na virada do século XIX para o XX, Mãe Judith e o Icimimó já eram amplamente conhecidos, tanto por aspectos religiosos quanto por médico-curativos, vindo gente de longe em busca de seus conhecimentos de saúde, articulando epistemologias diversificadas, tanto mágico-religiosas quanto da farmacopeia afro-brasileira, dominando o uso de plantas, de outros elementos da natureza e mesmo de remédios utilizados na medicina de então. Os relatos afirmam que Mãe Judith chegava a efetuar prescrições de medicamentos e receitas a serem aviadas nas farmácias de Cachoeira, o que se constituía em transgressão às determinações legais, sendo então duramente combatida pelos médicos da região. Com o tempo, ela passou a ser perseguida pela imprensa local e pelas autoridades, impregnadas da ideologia higienista.



O vasto conhecimento dos pais e mães de santo sobre as plantas medicinais, suas qualidades, efeitos e indicações para diversas doenças comuns não seriam aceitos pela sociedade – essencialmente católica e encantada com os “progressos” da ciência – como parte de uma religiosidade legítima, nem de uma medicina eficaz. A essas práticas terapêuticas – “práticas desabusadas da perniciosa feitiçaria” – realizadas pelos curandeiros eram associados os pejorativos termos de “falsa medicina”, “bruxaria” e “magia negra”, todos vinculados à “seita africana vulgarmente denominada de candomblé” (SAAD, 2016, p. 403).

No contexto de fortalecimento e crescimento do Terreiro Icimimó, sobretudo nas duas primeiras décadas do século XX, notícias de jornais locais atestam situações reveladoras do confronto que passou a acontecer, envolvendo Mãe Judith, que se tornara conhecida e respeitada como mãe-de-santo e curandeira, e a imprensa local. Referindo-se a um contexto mais amplo, Saad (2016, p. 407) afirma que

(...) desde os primeiros momentos da formação da República, o combate à feitiçaria e ao curandeirismo figurou como parte importante do processo que buscava estabelecer a ordem pública. (...) Jornais clamavam por providência contra tais ‘focos de perversão moral’ que, além de serem empecilhos à civilização local, nem de perto representavam a imagem ideal a ser transmitida para os estrangeiros.

Desta maneira, a atuação da imprensa como porta-voz do ponto de vista republicano, higienista e civilizatório – reinante no país nas primeiras décadas do século XX – também pôde ser verificada em Cachoeira, conforme pesquisa de Santos (2009), destacando-se os ataques do jornal *A Ordem* direcionados a Mãe Judith e ao seu Terreiro, traduzindo, localmente, processos higienizadores e racistas mais amplos. Sendo uma das mais perseguidas, por ser também uma das mais destacadas iyaxorixás da região à época, Mãe Judith se tornou uma referência na resistência da comunidade religiosa afro-brasileira contra a atuação da política higienista que se instalou em Cachoeira – bem como na Bahia e no Brasil – nas primeiras décadas do século XX, refletida nos virulentos discursos veiculados na imprensa do período. Mãe Judith enfrentou discursos higienistas e ataques feitos por jornais, sobretudo o *A Ordem*, com o qual travou embate direto, nele aparecendo como tema de matérias que criticavam e atacavam o candomblé e suas práticas, mas também como a primeira mulher a publicar um texto no jornal, em resposta às ofensas que lhes foram por este dirigidas. Embora não soubesse ler nem escrever, conforme afirmado por Santos (2009, p. 140) e por pessoas da comunidade, Mãe Judith publicava e assinava seus textos nos jornais,

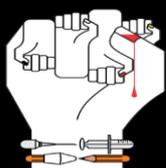


respondendo às ofensivas palavras que lhes dirigiam, expressando seu ponto de vista com articulação política e clareza argumentativa. Ela sempre encontrava maneiras de rebater, com veemência, os ataques que lhes dirigiam, utilizando-se, nos textos que publicou, sólida argumentação, expressando consciência de cidadania e conhecimento dos direitos civis, na defesa de si e de seu terreiro, incluindo citação de lei que lhe assegura o direito civil e político a seu culto. Nota-se, na construção dos argumentos com os quais Mãe Judith se defende dos ataques higienistas, preconceituosos e racistas da imprensa local, a manifestação inequívoca de uma consciência política e étnica, que antecipa futuras plataformas de luta de organizações e movimentos sociais das comunidades afrodescendentes. Esta atuação na publicação de textos na imprensa é particularmente digna de destaque quando se considera o seu ineditismo e pioneirismo à época, no contexto de uma sociedade patriarcal, machista e racista.

2751

Destacando-se como a primeira líder religiosa a defender-se publicamente na imprensa da perseguição higienista veiculada em jornais no início do século XX, Mãe Judith tornou-se um símbolo da afirmação identitária e cultural, pleiteando corajosamente o direito de exercer sua religiosidade ancestral no ambiente provinciano e preconceituoso de então. Ela foi representante de um ponto de vista discursivo engajado e especial – isto é, o de uma mulher, negra, iyalorixá do candomblé, reconhecida publicamente por sua capacidade de atuação nos processos de tratamento e cuidados do corpo –, no contexto da sociedade patriarcal, racista, católica e higienista de Cachoeira no final do século XIX e início do século XX.

As narrativas de origem do Terreiro Icimimó, centralizadas na personagem de sua fundadora, atravessam o tempo e permanecem atribuindo sentidos à cosmovisão, ao comportamento, à ação, aos saberes, aos fazeres, às técnicas e aos conhecimentos, bem como à sociabilidade dos sujeitos que se vinculam à comunidade do Terreiro. A consciência coletiva de pertencimento cultural foi mantida, assim, por meio da religião e das narrativas comunitariamente partilhadas, que reestabelecem continuamente sistemas simbólicos originais, atualizam significados e funcionam como refúgios de resistência política e cultural aos processos de desafricanização das pessoas afrodescendentes.



REFERÊNCIAS

BRAGA, J. *Na gamela do feitiço: repressão e resistência nos candomblés da Bahia*. Salvador: EDUFBA, 1995.

HARDING, R. E. *A Refuge in Thunder. Candomblé and Alternative Spaces of Blackness*, Bloomington, Indiana University Press, 2003.

NASCIMENTO, L. C. D. do. *“Terra de Macumbeiros”: Redes de Sociabilidades Africanas na Formação do Candomblé Jeje-Nagô em Cachoeira e São Félix - Bahia*. Salvador, UFBA, Programa de Pós-Graduação em Estudos Étnicos e Africanos da Universidade Federal da Bahia, 2007. Dissertação de Mestrado.

PARÉS, L. N. *A formação do Candomblé: história e ritual da nação jeje na Bahia*. 2 ed. rev. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2007.

SAAD, L. A maconha nos cultos afro-brasileiros. In MacRAE, E.; ALVES, W. C. (orgs.). *Fumo de Angola: canabis, racismo, resistência cultural e espiritualidade*. Salvador, EDUFBA, 2016.

SANTOS, E. F. *O Poder dos Candomblés: perseguição e resistência no Recôncavo da Bahia*. Salvador: EDUFBA, 2009.

2752

Realização:



Apoio:

